

DISCURSO PROFERIDO PELA PROFA. DRA. ADA PELLEGRINI GRINOVER, NA POSSE DO MAGNÍFICO REITOR PROF. DR. JACQUES MARCOVITCH

Mais do que uma honra, o convite para saudar o novo Reitor na solenidade de transmissão do cargo, em nome do Conselho Universitário, representou para mim uma verdadeira surpresa. Aceitei a delicada incumbência como homenagem prestada à minha escola, a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, cujo curso jurídico foi instalado em 1828, mais de um século antes da fundação da Universidade de São Paulo. E me perguntei o que esperaríamos de mim, membro ainda novo do Conselho Universitário, representante da Congregação o colegiado, a comunidade acadêmica, o Reitor que se retira, bem cumprida a árdua missão, o Reitor ora empossado, olhos postos no futuro.

Decidi não falar nas glórias da USP, retratadas na luminosa trajetória de seis décadas, marcadas pela revolução pedagógica, pelas iniciativas de ponta, pela excelência do ensino, pesquisa e extensão. Nem mencionar os grandes vultos que a dirigiram, a dignificaram e engrandeceram a instituição. Tão pouco vou recordar o denso *curriculum* do novo Reitor, suas atividades didáticas, seus trabalhos científicos, as inúmeras atividades que desenvolveu no campo do saber e da gestão, os prêmios e distinções a que fez jus, seu renome nacional e internacional. Não vou sequer lembrar o passado próximo e a forma louvável pela qual o Governador do Estado respaldou expeditamente a preferência da comunidade acadêmica pelo nome do ora empossado.

Prefiro falar da Universidade do presente, da nossa USP de hoje, e dos desafios que terá que assumir e vencer, para enfrentar o terceiro milênio.

A universidade pública brasileira passa por uma crise que Jacques Marcovitch chamou "de rejeição". O Estado ameaça cortar-lhe as verbas, a sociedade ignora seu trabalho, o empresariado considera seus pesquisadores como "teóricos", a imprensa dirige-lhe pesadas críticas. Os jovens talentos não são atraídos pela carreira universitária, sacrificada e mal remunerada. O mercado abre ao corpo docente oportunidades quase irrecusáveis. Ataques insidiosos querem tolher-lhe a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira, imperativa para o atingimento de seus fins. A modernização, entendida como progresso a qualquer custo, mesmo em prejuízo de direitos fundamentais, é confundida com a

modernidade, a qual esta sim - atualiza, aperfeiçoa, desenvolve. O mito da globalização põe em risco sua identidade e capacidade crítica.

Todas essas ameaças assediam a USP, que se debate na dificuldade de encontrar em si mesma forças para resistir e para superá-las, mal conseguindo inovar e promover mudanças. A verdadeira função dos colegiados ainda não foi resgatada. Não conseguiram despir-se totalmente do papel cartorial de carimbadores de processos, quando deles se espera a transformação em centros de reflexão e decisão. O Conselho Universitário deve ser fraccionado para resolver as questões administrativas, para que se facilite ao colegiado, como um todo, a visão abrangente dos procedimentos decisórios, realmente capazes de determinar o futuro da universidade. A elaboração das diretrizes orçamentárias parte basicamente da do ano anterior, quando o certo seria que o Conselho Universitário orientasse antecipadamente a Comissão de Orçamento e Patrimônio, com base em reflexões destinadas a tragar novas metas e novos compromissos, ainda mais porque hoje, com a estabilização da moeda, é possível pensar em exercícios plurianuais, que permitam materializar planos mais ousados e ambiciosos. Ainda se observa o tratamento burocrático dos novos projetos, que percorrem caminhos longos e penosos, idênticos aos impostos às questões meramente administrativas. O ritmo das decisões é lento, seguindo prioridades mecânicas. As questões jurídicas parecem tornar-se o centro do processo decisório, quando o direito deve servir como suporte para que se possam validamente atingir os fins maiores da universidade. Nada é feito, por exemplo, para romper os grilhões de uma lei de licitações que, aplicada às instituições de ensino, constitui verdadeira camisa de força, não levando como seria salutar - para o campo do lícito, mas simplesmente para o do mais complicado, dispendioso e de pior qualidade.

A questão salarial é tormentosa, atrelados que estamos às demais universidades estaduais e às verbas sempre insuficientes. Elevar ao máximo a base salarial ainda não basta: é preciso institucionalizar as oportunidades de complementação, com recursos que não sejam públicos, através de convênios e contratos. É preciso instituir prêmios para a produtividade. É preciso enfrentar o problema previdenciário, que representa comprometimento do orçamento prestes a tornar-se insuportável, compartilhando a responsabilidade das gerações do futuro com as gerações do presente, mediante a criação de um fundo que assegure as aposentadorias dos que hoje estão trabalhando e as pensões de seus dependentes. E, enxugada a máquina, é preciso agora instituir uma política séria de distribuição de

claros para a carreira administrativa e de criação de cargos para a carreira docente, pois nesta a excelência pode ser mantida exclusivamente às custas da rigorosa seleção que só o concurso público possibilita.

Há que se aproveitar ao máximo a experiência dos ex-reitores, criando o Conselho Consultivo, previsto no Estatuto de 1988, a ser também integrado por representantes da sociedade. E, finalmente, há que aproveitar o espaço aberto pela Lei de Diretrizes e Bases para rever currículos, recompor colegiados abrindo-os a mais alunos, servidores e representantes da sociedade civil - bem como redesenhá-los, aliviando-os de atribuições que podem ser delegadas; é preciso, ainda, redefinir órgãos e funções, tornando a estrutura universitária mais ágil e idônea para traçar e executar o projeto estratégico da USP do século XXI.

Que essas minhas palavras não sejam tomadas como crítica às gestões passadas, sobretudo à do último Reitor, Professor Flávio Fava de Moraes. Se tivéssemos que condensar sua atuação à testa da USP, diríamos simplesmente que fez milágres, ganhando a admiração e o apoio da comunidade acadêmica. É extremamente confortável que o novo Reitor represente, ao mesmo tempo, continuidade e renovação, pois em cada gestão há de se tomar tudo que de positivo foi feito na anterior, sem antagonismos e rupturas, para, a partir daí, construir algo novo.

E a renovação certamente virá, pelas mãos do Reitor Jacques Marcovitch. Para ter-se certeza disto, basta ler seu documento "A Universidade (im)possível" em que afirma que "os gestores da universidade devem transformar seus sonhos em objetivos e suas utopias em metas" O compromisso que assumiu com a USP é uma garantia para todos nós, a partir da estratégia de gestão que traçou até a análise e as propostas de solução para os problemas cotidianos. Trata-se de um compromisso fortemente orientado para a ação, por intermédio de uma gestão participada que levará em conta as idéias oriundas de todas as direções para a mais ampla discussão e possível implementação. Temos certeza de que a Reitoria representará a confluência de todas as aspirações e a resultante lógica das forças espirituais e intelectuais que integram o sistema. E assim poderemos chegar a plasmar uma instituição universal, pluralista, solidária e ética; uma universidade integrada, empreendedora, generosa, permanentemente dinâmica.

Conte conosco, Magnífico Reitor, para colaborar nessa tarefa de construção de uma nova USP. Conte conosco para ajudá-lo a transformar seus sonhos em objetivos e suas utopias em metas.

São Paulo, 25 de novembro de 1997.